

Educação Brasileira

EM PAUTA

Luís Távora Furtado Ribeiro
Marília Duarte Guimarães
Allan Pires Rodrigues
José Antônio Gabriel Neto
(Organizadores)



Copyright © da Editora CRV Ltda.
Editor-chefe: Railson Moura
Diagramação e Capa: Editora CRV
Imagem da Capa: Freepik
Revisão: Os Autores

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
CATALOGAÇÃO NA FONTE

Ed24

Educação brasileira em pauta / Luís Távora Furtado Ribeiro, Marília Duarte Guimarães, Allan Pires Rodrigues, José Antônio Gabriel Neto (organizadores) – Curitiba : CRV, 2019.
334 p.

Bibliografia
ISBN 978-85-444-3388-1
DOI 10.24824/978854443388.1

1. Educação 2. Educação brasileira 3. Pesquisa em educação 4. História da educação I. Ribeiro, Luís Távora Furtado. org. II. Guimarães, Marília Duarte. org. III. Rodrigues, Allan Pires. org. IV. Gabriel Neto, José Antônio. org. V. Título VI. Série.

CDU 37

CDD 370

Índice para catálogo sistemático
1. Educação 370

ESTA OBRA TAMBÉM ENCONTRA-SE DISPONÍVEL EM FORMATO DIGITAL.
CONHEÇA E BAIXE NOSSO APLICATIVO!



2019

Foi feito o depósito legal conf. Lei 10.994 de 14/12/2004
Proibida a reprodução parcial ou total desta obra sem autorização da Editora CRV
Todos os direitos desta edição reservados pela: Editora CRV
Tel.: (41) 3039-6418 - E-mail: sac@editoracrvm.com.br
Conheça os nossos lançamentos: www.editoracrvm.com.br

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	11
--------------------	----

Luís Távora Furtado Ribeiro

PREFÁCIO	13
----------------	----

Charliton Machado

UNIDADE I

PRÁTICA SOCIAL, HISTÓRIA E POLÍTICA EDUCACIONAL

A PRESENÇA FEMININA NA LITERATURA: das escritoras eclipsadas do século XIX à escrita de resistência com Luíza Romão	17
---	----

Ana Maria Furtado Néo

Messias Dieb

A TRAJETÓRIA EDUCACIONAL DE CRIANÇAS NEGRAS E POBRES NO CONTEXTO DA EDUCAÇÃO INFANTIL BRASILEIRA.....	33
---	----

Alessandra Gondim Ribeiro

Pedro Neto Oliveira de Aquino

Silvia Helena Vieira Cruz

ESTADO E SOCIEDADE CIVIL NO BRASIL – GÊNESE E METAMORFOSE: o campo sociopolítico como espaço educacional	47
--	----

Hermeson Claudio Mendonça Menezes

Sonia de Oliveira da Silva

Clarice Zientarski

REFLEXÕES SOBRE ÉTICA NO ÂMBITO ESCOLAR.....	61
--	----

Antonia Solange Pinheiro Xerez

Scarlett O'hara Costa Carvalho

Marília Gabriela Messias de Oliveira

ENSINO MÉDIO REFORMADO: o Frankenstein apresentado como panaceia dos males da educação no Brasil	73
--	----

Mauro Rogério de Almeida Vieira

Vanessa Lins Barreto

A PRESENÇA FEMININA NA LITERATURA: Os escritos de Luiza Ruyter de Azevedo relacionados com o século XIX e a presença de relacionada com Luiza Ruyter

UNIDADE I

PRÁTICA SOCIAL, HISTÓRIA E POLÍTICA EDUCACIONAL

A PRESENÇA FEMININA NA LITERATURA: das escritoras eclipsadas do século XIX à escrita de resistência com Luíza Romão

Ana Maria Furtado Néo
Messias Dieb

Introdução

O pouco que sabemos sobre a educação das mulheres brasileiras e sua presença na construção de nossa literatura nos foi passado pelas finas “penas” de homens elitizados que escreveram a História “oficial”. Contudo, desde o século XX, aproximadamente em 1970, na chamada crise da História, passamos a compreender que o discurso histórico é uma narrativa formulada a partir da visão subjetiva de quem o escreve e, por esse motivo, está repleto de pontos de vista de uma determinada classe social e das subjetividades que a constituem. Assim sendo, com a Nova História (BURKE, 1992), outros documentos começaram a ser examinados para ressignificar o discurso oficial, dentre eles os registros feitos pela literatura e as imagens nacionais que pouco haviam sido estudados.

Na esteira disso, o presente capítulo se baseia nessas outras formas de registros da história para repensar a educação feminina, ou a falta dela na sociedade brasileira de diversos períodos, buscando, a partir disso, compreender algumas características da escrita emancipadora e de resistência à dominação masculina presentes na história de nossa literatura, culminando com a obra *Sangria*, de Luíza Romão (2017). Para esse empreendimento, discutiremos inicialmente a história da educação da mulher no Brasil e, em seguida, abordaremos a atuação da mulher na literatura brasileira, entrelaçando a atuação das mulheres escritoras à educação recebida em cada período de nossa história. Por fim, analisaremos, na obra *Sangria*, a educação recebida por Luíza Romão e as possibilidades e dificuldades históricas próprias do século XXI, tentando distinguir as marcas de sua resistência ao machismo em uma escrita absolutamente “uterina”.

A sociedade brasileira e a educação da mulher

Ao analisarmos o poema *As meninas da Gare*, de Oswald de Andrade (1971), podemos perceber a visão crítica do poeta referente à colonização brasileira e à relação das mulheres indígenas com os europeus. Diz o poema (1971, p. 80): *Eram três ou quatro moças, bem moças e bem gentis / Com cabelos mui pretos pelas espáduas / E suas vergonhas tão altas e tão saradinhas / Que de nós as muito bem olharmos / Não tínhamos nenhuma vergonha.* Ao recortar o trecho da carta de Pero Vaz de Caminha¹ e utilizar o título *As Meninas da Gare*, referindo-se à estação de trem onde se encontravam as prostitutas francesas, o poeta constrói, com fina ironia, o outro lado da moeda, desvelando o discurso e a ação do colonizador português como o introdutor da prostituição nacional no Brasil. Dessa maneira, as índias foram vistas pelos europeus colonizadores como um objeto de prazer, pois estes não tinham o interesse de construir família e tampouco de educar as mulheres, posto que pertenciam a um rígido sistema patriarcal.

Assim, de 1549 a 1759, conforme o relato histórico de Aranha (2006), os jesuítas, que vieram em missão ao Brasil, educaram os indígenas e os colonos, mas nenhuma mulher de qualquer etnia teve acesso declarado, naquele momento, aos ensinamentos destinados à classe masculina. Contudo, há registros na História do Brasil, como assinala Ribeiro (2018), de que a primeira reivindicação pela instrução da mulher tenha ocorrido ainda nesse período e tenha partido dos indígenas, que pleitearam, junto ao padre Manuel da Nóbrega, educação para suas mulheres. Eles queriam que suas mulheres aprendessem a ler, e isso sensibilizou Manuel da Nóbrega ao ponto de este mandar uma carta para a rainha de Portugal, alegando que as esposas dos indígenas, suas companheiras, não podiam ser tratadas com diferenças. Portanto, as oportunidades, em termos de instrução, teriam que ser iguais para ambos.

Outro ponto importante, lembrado pela mesma pesquisadora, é a história de Madalena Caramuru, considerada a primeira brasileira alfabetizada da colônia. Ela era filha do português Diogo Álvares Correia, conhecido como Caramuru (o homem de fogo) e de uma de suas esposas, provavelmente Catarina Álvares Paraguaçu ou Moema, ambas irmãs e índias tupinambás. A história de Diogo Álvares Correia como herói acidental foi contada em diversos textos históricos e no livro do Frei Santa Rita Durão (1781), através do poema épico *Caramuru*. Essa dúvida em relação à maternidade da referida indígena brasileira é uma prova viva do apagamento histórico sofrido pelas mulheres, tendo em vista que a maternidade dificilmente é questionada ou colocada sob suspeita.

1 Disponível em: <http://objdigital.bn.br/Acervo_Digital/Livros_eletronicos/carta.pdf>. Acesso em: 26 dez. 2018.

A prova da alfabetização de Madalena foi apresentada com uma carta cuja autoria foi a ela atribuída. Essa carta foi dirigida ao padre Manuel da Nóbrega, denunciando os maus-tratos sofridos pelas crianças negras e requerendo uma atitude da igreja. Em 2001, Madalena foi homenageada, por meio de uma coleção de selos oficiais, como a primeira mulher alfabetizada no Brasil. Nesse sentido, a história de Madalena Caramuru suscita uma reflexão sobre os muitos avanços que poderíamos ter conseguido na história do Brasil se os oprimidos, principalmente as mulheres, tivessem tido acesso ao conhecimento de forma substancial.

No contínuo de acontecimentos relativos à educação dispensada às mulheres, a partir de 1772, o Marquês de Pombal empreendeu as reformas dos Estudos Menores, proibindo o ensino particular, que era comum ao período, e criando as aulas régias para meninos e meninas separadamente. Com isso, ele criou a figura pública do professor e da professora, embora essa ação tenha atingido, excepcionalmente, uma parte mínima da população. Ao avançarmos um pouco mais no tempo, podemos perceber, infelizmente, que quase nada havia mudado no período do Império no qual as mulheres ainda viviam na mesma situação de dependência e inferioridade que aquelas da época da Colônia.

Ainda sobre essa questão, Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006, p. 229) afirma que,

em algumas famílias mais abastadas, às vezes, elas [as mulheres] recebiam noções de leitura, mas se dedicavam, sobretudo, às prendas domésticas, à aprendizagem de boas maneiras e à formação religiosa. O objetivo era sempre prepará-las para o casamento e, quando muito, procurava-se dar um verniz para o convívio social, daí o empenho em lhes ensinar piano e línguas estrangeiras, sobretudo o francês.

Esse dado é facilmente comprovado por diversos romances do século XIX, como, por exemplo, Helena, de Machado de Assis (1994, p. 16), romance em que o autor afirma que,

além das qualidades naturais, possuía Helena algumas prendas de sociedade, que a tornavam aceita a todos, e mudaram em parte o teor da vida da família. Não falo da magnífica voz de contralto, nem da correção com que sabia usar dela, porque ainda então, estando fresca a memória do conselheiro, não tivera ocasião de fazer-se ouvir. Era pianista distinta, sabia desenho, falava correntemente a língua francesa, um pouco a inglesa e a italiana. Entendia de costura e bordados e toda a sorte de trabalhos feminis.

Nesses casos, os discursos histórico e literário se entrelaçam com o intuito de registrar e/ou denunciar a condição de inferioridade feminina naquele momento. Vale ressaltar que a estrutura educacional fornecida às mulheres, apesar de já apresentar um certo avanço em relação a períodos anteriores

àquele século, tinha por intuito preservar um sistema ainda bastante patriarcal e opressor.

As leituras direcionadas às mulheres objetivavam reforçar, quase sempre, a importância do casamento e do papel feminino na família. Em 1844, juntamente com um novo público leitor formado por jovens, mulheres e crianças, surge a obra *A Moreninha*, de Joaquim Manoel de Macedo (1982). Nesse texto, considerado o primeiro romance publicado no Brasil, a protagonista faz uma jura de amor ainda na infância e, na adolescência, o amor se concretiza com um famoso “felizes para sempre”. Assim como em *A Moreninha*, a maior parte das obras românticas brasileiras daquela época compactua com o ideário masculino vigente, representando, assim, uma espécie de prisão para as mentes das mulheres do século XX.

Apesar da tendência social, alguns autores literários tentaram, com ousadia, desafiar as regras do século XIX ao desenhar, em suas obras, o perfil de mulheres bem à frente desse século. Contudo, eles precisaram voltar ora ao famoso “felizes para sempre” ora a um final trágico, a fim de atender às exigências da sociedade daquela época. Isso foi o que aconteceu, por exemplo, com José de Alencar (1988, 1991) que, nas obras *Lucíola* e *Senhora*, apresentou as protagonistas desses romances como mulheres de uma alta independência emocional e/ou financeira em relação aos homens. No final, elas acabam, respectivamente, sendo reprimidas pela sociedade, como no caso de *Lucíola*, em que a sua degradação como pessoa humana é conduzida em função do dinheiro e da prostituição, ou pelo “amor”, como no caso de *Senhora*, em que a heroína da história arrisca tudo o que tem financeiramente na compra de um marido.

Ao continuarmos a discussão acerca da narrativa histórica sobre a educação da mulher, temos o surgimento das Escolas Normais em 1875, momento em que as moças de classes elitizadas poderiam se tornar professoras. Segundo Aranha (2006), as Escolas Normais foram o lócus principal de formação profissional feminina. Sem embargo, as mulheres não poderiam cursar o ensino superior, embora algumas chegassem a burlar essas regras, como “Dona Ambrozina de Magalhães que, em 1881, passou para medicina” (ARANHA, 2006, p. 230). Em pouco tempo, a atividade docente passou a ser uma profissão destinada às mulheres, enquanto os homens assumiam outras funções no mercado de trabalho.

Da mulher professora e leitora, era exigido um comportamento exemplar, o que, para algumas normalistas do período, era um verdadeiro desafio assumir essa conduta sendo uma leitora crítica. Para entendermos um pouco melhor essa situação, podemos recorrer a um romance do início do século XX: *O Quinze*, de Rachel de Queiroz (2006). Nesse texto, agora já escrito por uma mulher,

Conceição, professora e leitora assídua, burla constantemente o sistema lendo textos feministas e socialistas e, apesar de flertar com Vicente, não compactua com os pensamentos machistas vigentes no período, inviabilizando uma relação amorosa entre os dois. A condução e o mote da história se coadunam com a própria história de vida da escritora Rachel de Queiroz, uma mulher à frente de seu tempo, que foi normalista e se tornou professora começando, paralelamente, no início do século XX, a árdua atividade de jornalista. Nesse sentido, a autora acaba ocupando um espaço tradicionalmente masculino.

Ainda no século XX, através da luta pela participação na política, as mulheres conseguiram o direito ao voto em 1932, o que acelerou o seu processo de alfabetização. A partir de 1945, vários grupos sociais fizeram pressão e iniciaram a busca pela democratização do ensino, o que resultou na construção da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) de 1961. Deste então, as mulheres tiveram mais chances de ingressar na educação escolar, tanto na educação básica como na superior. No alvorecer da Nova República, em 1985, com o aumento do número de ingressos nas universidades públicas e o surgimento de várias instituições privadas de ensino no Brasil, houve um favorecimento do sexo feminino porque as mulheres passaram a ocupar a maioria das vagas em todos os níveis de ensino. Isso, porém, não quer dizer que não mais existam diferenças entre os gêneros, já que muitas mulheres ainda buscam ocupar vagas em profissões que são consideradas caracteristicamente masculinas e/ou equiparar seus salários com os dos homens. Pelo menos no campo da literatura, as mulheres já conseguiram firmar bem o seu lugar, uma vez que, contrariamente ao que ocorreu em relação ao século XIX, em que as mulheres não apareciam na lista de autores brasileiros, atualmente, o leitor não é mais levado a crer que apenas os homens desempenhavam o papel de escritor, conforme passaremos a discutir na sequência.

A literatura feminina como projeto de resistência

No Brasil, durante os três primeiros séculos após a chegada dos portugueses, a publicação dos textos literários brasileiros foi estritamente de produção masculina. Historicamente, apenas no século XIX, com a formação do público leitor feminino, é que algumas mulheres se arriscaram nessa atividade artística. Contudo, infelizmente, elas foram apagadas da história literária brasileira por quase todo o século XX, sendo redescobertas no final desse século e no começo do XXI, o que torna possível e atual esse debate. Isso se justifica porque quem consultar um livro de história da literatura brasileira, voltado ao Ensino Médio, verá como o discurso machista ainda impera nas indicações de referências acerca da produção literária no Brasil.

Nesse contexto, ao passarmos pelos períodos históricos, veremos que, no período colonial, não há registro de mulheres escrevendo textos literários, nem no século XVIII, quando, mesmo com a iminência do iluminismo na Europa, a predominância masculina ainda continua. Se tomarmos também como referência o Arcadismo, por exemplo, movimento que compreende a produção literária brasileira na segunda metade do século XVIII, as mulheres estão presentes apenas como as musas que inspiram os poetas e, em sua representação, elas são mulheres frágeis, de uma beleza clássica comparada a dos anjos. Portanto, os aspectos cognitivos e as qualidades mais elevadas das mulheres não são mencionados.

No entanto, mesmo sem acesso fácil à educação, elas conseguiram de alguma forma burlar o sistema. Apenas em relação ao século XIX é que começamos a ter indícios de uma acanhada participação feminina na literatura e, pelos registros históricos que são divulgados, algumas brasileiras começaram a escrever poemas e prosas e a divulgar suas produções embora essas mulheres tenham sido excluídas e apagadas da história literária local, simplesmente por serem mulheres. Ao consultarmos qualquer produção didática para o ensino da história da literatura romântica do Brasil, didaticamente compreendida no período de 1836 a 1881, seguramente leremos apenas exemplos de homens como escritores, entre os quais figurarão, decerto: Gonçalves Dias, Álvares de Azevedo, Castro Alves, Joaquim Manoel de Macêdo, Manuel Antônio de Almeida, José de Alencar, dentre outros.

Do mesmo modo, se adentrarmos um pouco mais na história da literatura brasileira no período de escolas literárias como o Realismo/Naturalismo/Parnasianismo/Symbolismo, presenciaremos o arrolamento maciço de autores masculinos, como Machado de Assis, Aluísio Azevedo, Olavo Bilac, Raimundo Correia, Alberto de Oliveira, Alphonsus de Guimaraens, dentre outros mais. Assim sendo, a história literária brasileira tem sido marcada pelo discurso misógino, o qual suprime a mulher dos anais de seus cânones, pregando a diferença entre as escritas masculina e feminina, deixando oculto o fato de que essas diferenças se davam não pela (in)capacidade intelectual feminina, mas pela carência de formação que era imposta a elas. Com efeito, na grande maioria dos livros de história da literatura, as mulheres só aparecem no século XX, a partir de 1930, com a participação de Rachel de Queiroz na prosa e de Cecília Meireles na poesia.

Essas autoras começam a ocupar espaços masculinos e a reivindicar sua participação como escritoras capazes e talentosas. Contra o discurso machista na poesia, Cecília Meireles, ao escrever “não sou alegre, nem sou triste, sou poeta” (2001, p. 15), defende claramente que um poema independe do gênero masculino ou feminino. Vale observar o fato de que a autora abandona o uso do termo poetisa por considerar que os homens o usavam pejorativamente.

Começamos a enxergar, nesses versos, traços de uma escrita de resistência feminina, uma vez que, segundo Bosí (2002), resistir implica o ato de não ceder à força que vem do outro, mas conseguir se impor e impor o seu querer como indivíduo. Nesse sentido, para o autor, a escrita de resistência é um movimento que se forma no interior do foco narrativo, resgatando não apenas o que foi dito em um passado distante, mas também, e principalmente, o que foi silenciado pelas forças dominantes.

Rachel de Queiroz, declaradamente antifeminista, constrói, por sua vez, personagens femininas baseadas nos elementos matriarcais que eram muito comuns às famílias cearenses de posses em sua época. Assim, as mulheres personagens dos romances de Rachel de Queiroz são fortes, valentes, intelectivas e bem à frente de seu tempo, como no romance *As três Marias* (QUEIROZ, 1992a), em que a personagem Guta se envolve com questões políticas, ou como *Maria Moura* (QUEIROZ, 1992b), do romance homônimo, que representa uma mulher a se colocar contra a submissão feminina na sociedade patriarcal do século XIX, comandando um bando de homens pelos sertões nordestinos.

Para comprovar que não apenas no século XX surgiram escritoras que lutaram pelo espaço feminino no campo da literatura, Norma Telles (2012) mostra, em pesquisa recente, que existiram boas escritoras de literatura e de outros gêneros no século XIX. Essas mulheres foram banidas da história literária devido à preferência por um cânone estético estritamente masculino. A referida pesquisadora afirma que o ato de escrever para as mulheres de todos os séculos implica em um novo processo de socialização, através do qual a visão feminina apresenta uma relação mais consciente do necessário processo de enfrentamento ao código cultural masculino, nascendo, assim, uma literatura de resistência feminina. Nesse sentido, Norma Telles (2012) resgata diversas autoras que, cientes de sua exclusão, pretenderam ir além do que lhes era permitido: sair do anonimato.

Entre essas escritoras figuram: Maria Firmina dos Reis (1925-1917), Josefina Álvares de Azevedo (1851-1913), Maria Benedita Câmara Bormann (1853-1895), Narcisa Amália de Campos (1856-1924) e Júlia Lopes de Almeida (1862-1934). Todas elas tomaram a “pena” e escreveram “com sangue”, como sugerido no conhecido apelo de Narcisa Amália² para que as mulheres inteligentes de sua época insuflassem, por meio de suas criações, a alma enamorada que as animava e deixassem ressonância como vestígio em todas as direções. Essas mulheres somente agora são historicamente conhecidas como parte inicial da literatura brasileira feminina. Ao fazermos um breve passeio pelas composições dessas autoras, percebemos que elas buscaram caminhos para romper com o estereótipo criado pelos homens no

2. Fonte: Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) <<http://www.fiocruz.br/biosseguranca/Bis/Biograf/ilustres/narcisa.htm>>.

decorrer dos tempos, o que não era uma atividade simples ao se considerar as imposições do período. Entre versos e prosas, elas tanto denunciaram a falta de educação feminina, como reivindicaram o direito ao voto e mostraram que a literatura não era dependente do gênero, mas, sim, do espaço social e da educação que lhes foram negados.

Nessa perspectiva, para dar mais exemplos da escrita feminina que ficou apagada no século XIX, comentaremos sobre uma prosadora e uma poeta.

Segundo Telles (2012, p. 167), “consideram alguns, no estágio atual das pesquisas, que o primeiro romance escrito por uma mulher no Brasil foi *Úrsula*, de Maria Firmina dos Reis, publicado em 1859”. A prosa romanesca sobre *Úrsula* foi publicada pela Typographia do Progresso, em São Luís, e sua autoria foi inicialmente atribuída a uma maranhense sem identificação naquele momento, sendo apenas recentemente confirmada ser de Firmina dos Reis pelo biógrafo Nascimento Morais Filho. Mulher, nordestina e afro-descendente, Maria Firmina dos Reis nasceu em São Luís, no ano de 1822, e era filha da negra Leonor Felipa dos Reis e de pai desconhecido. Apesar de viver segregada socialmente, ela se formou professora com a ajuda de uma tia e, paralelamente ao magistério, foi musicista e jornalista no Maranhão, bem como escreveu poemas, crônicas, romances e contos sobre a escravidão, tal como o intitulado *A escrava*, de 1887.

Ainda sobre a obra *Úrsula*, pertencente ao período romântico, a autora trata de temas como dor, incesto, maldição, escravidão, loucura e morte. É, segundo Telles (2012), ao que parece, o primeiro romance em que as minorias mulher e negro são retratadas sem os estereótipos tradicionais. Nessa obra, a protagonista é desejada pelo tio e, por isso, ela foge com a ajuda de Teodoro, seu amado, mas infelizmente é descoberta pelo vilão, que mata seu amante e captura a jovem. Esta enlouquece, mas, antes de morrer, lança uma maldição no tio, sendo esta última ação de *Úrsula* o único elemento capaz de pregar a justiça no texto. Embora o discurso da obra não prime por um modelo feminista, apesar de trazer as sensações de impotência da mulher do período, traz à tona questões sobre a escravidão, os maus-tratos, a amizade entre negros e brancos, a história da África, entre outros temas extremamente evitados no século XIX e muito à frente dos autores daquele período. Assim sendo, a obra parece ser o princípio da resistência feminina em relação à prosa historicamente instituída por homens no Brasil, haja vista não ser de se admirar que tenha sido esquecida por tanto tempo.

No que diz respeito à poeta Narcisa Amália de Campos (1856-1924), ela pode ser considerada outro exemplo de resistência ao regime patriarcal e machista do século XIX. Isso se justifica porque Narcisa Amália foi professora, como a maioria de suas contemporâneas, mas também foi a primeira

mulher a se profissionalizar como jornalista, além de ser tradutora e escritora de literatura. Ela morou no Rio de Janeiro e, segundo Telles (2012), batalhou muito pelos direitos da mulher e da abolição da escravatura. Tendo se casado por duas vezes, foi ela quem decidiu, nos dois momentos, romper com os matrimônios em um tempo em que tal ação era impraticável pela absoluta maioria das mulheres.

Narcisa Amália ficou conhecida a partir da obra *Nebulosas*, de 1872, pela qual recebeu elogios do próprio Machado de Assis. Contudo, usaremos alguns trechos da crônica *A mulher do século XIX* para dar um exemplo de como foi sua luta em favor da emancipação do gênero feminino.

[...]. Foi a América do Norte, essa nação tão nova e tão grande já, que dominada pela febre da inovação e do progresso, ergueu primeiro o lábaro da revolta em prol da mulher. [...] A esta rápida e prodigiosa transfiguração da mulher americana, a França e a Bélgica franqueiam hesitantes às suas filhas as portas das academias de Direito e de Medicina; e elas provam, por sua vez, exuberantemente perfeita aptidão para todas as ciências! A mulher no século dezenove acha-se, portanto, emancipada, isto é, entra na posse de si mesma, conquista o direito divino de sua alma, em uma palavra, transfigura-se. O que lhe falta ainda para ser feliz: – À que está emancipada, pouco; mas à que está por emancipar-se, tudo. E neste caso está a mulher brasileira. [...]. O casamento, [...], é a calúnia do casamento. O que podem ser os filhos nascidos de semelhante união, educados por esta mãe ignota, desenvolvidos neste lar em perpétua e desoladora desordem?! (CAMPOS, 1882, p. 32-35).

Amália, portanto, viveu o que pregava, “molhando sua pena em sangue” e escrevendo em defesa das mulheres e dos negros. Com isso, ela desejava e vislumbrava a emancipação de seu gênero, mostrando que as mulheres poderiam se sair muito bem nos espaços masculinos, desde que também tivessem direito e acesso à educação. Essas jovens escritoras comprovaram que as mulheres não eram seres passivos e que poderiam lutar por condições melhores para elas e para outras mulheres, porque sabiam que, com acesso ao conhecimento, as mulheres poderiam se desenvolver intelectualmente e andariam lado a lado com os homens.

Sangria: a escrita de resistência de Luiza Romão

Segundo informações fornecidas durante uma entrevista que fizemos com a poeta contemporânea Luiza Romão, esta afirma ser filha de uma professora de Linguística da Universidade de São Paulo (USP) e de um professor de História e Sociologia. Por esta razão, sempre teve acesso à leitura e à produção

de texto, chegando, aos sete anos de idade, a construir artesanalmente seus primeiros livros. Em seu percurso de formação acadêmica, Romão cursou Artes Cênicas na USP e passou a se destacar no cenário nacional brasileiro por acompanhar os movimentos culturais do seu tempo.

Eu sou muito feliz do show que a gente faz, em que eu declamo os poemas ao vivo... tem... , enfim, a gente tem feito ele em vários bairros de várias cidades: tanto aqui da capital quanto do interior; e a recepção tem sido sempre muito frutífera. Acho que a parte visual do livro também já instiga outro olhar pra leitura, né? É é isso! (Acervo dos autores, 2018).

Um dos importantes movimentos culturais acompanhados por Romão é o Sarau do Burro, evento promovido pelo poeta-palhaço Daniel Minchoni, que é também um experimentador da palavra e um grande formador cultural. A proposta desse sarau é integrar a linguagem e a arte das ruas em um único espaço, aliando-as à poesia oral e à performance teatral. Trata-se, portanto, de um espaço para a livre experimentação poética, em que o microfone é franqueado ao público a fim de que as pessoas pratiquem, por exemplo, o poetry slam.

Em português, o poetry slam significa a “batida da poesia” e sinaliza para uma espécie de competição em que os poetas recitam um texto original, de sua autoria, mediante a presença de jurados que irão lhes atribuir notas e classificações. O Sarau do Burro é, a nosso ver, um resgate e uma atualização dos famosos saraus do século XVIII e XIX, com a diferença que as sessões de poetry slam acontecem nas ruas e os poetas, na maioria das vezes, são pessoas simples, desconhecidas, excluídas e marginalizadas. Nesse sentido, consideramos que o sarau, enquanto reunião literária, continuou a cumprir seu papel secular, e o Sarau do Burro, em particular, instigou a escrita de Luiza Romão ao aproximar sua postura irreverente da coragem demonstrada pelas revolucionárias escritoras do século XIX.

Segundo a definição feita por Heloísa Buarque de Holanda, ao escrever o prefácio do livro Sangria, “Luiza escreve e intervém hoje, sobre o hoje” e, por isso, consideramos que ela acabou se tornando uma expressão absoluta da contemporaneidade e da cultura indignada e comprometida com a política do século XXI. Nessa obra em específico, a voz de Luiza Romão (2017) ecoa para além dos limites e fronteiras brasileiras, uma vez que o texto é bilíngue (Português e Espanhol). Como uma mulher inserida em seu tempo histórico e com a consciência da constante necessidade de se levantar bandeiras, Luiza Romão busca um diálogo mais globalizado em que as mulheres das Américas e do mundo se sintam representadas. Assim como Oswald de Andrade (1971), que, no Manifesto Pau-Brasil, pretendia fazer um livro para exportação, Romão parece enviar um recado para o mundo, tomando a mulher brasileira

contemporânea como alguém que é consciente de sua exploração e que, des-
tarte, tenta angariar a adesão de outras mulheres para reescreverem a presença
feminina na história do Brasil.

Sangria é um livro dividido em seis capítulos que acompanham me-
taforicamente os 28 dias de um ciclo menstrual e fazem intertextualidade
com diversos documentos escritos sobre a história do Brasil. Nesse sentido,
a autora busca (re)examinar a história oficial na perceptiva feminina e sob a
ótica de um útero que sangra.

O *Sangria* basicamente nasceu desse desejo de revisitar a história do Bra-
sil, entendendo como o patriarcado, a cultura do estupro, o feminicídio, a
violência de gênero não são só temas da atualidade, mas, na verdade, são
constituintes da ideia de Brasil (Acervo dos autores, 2018).

Para concretizar esse desejo, Romão pensou o livro com uma abertura
vertical, sem número nas páginas, apenas com os dias de um mês, lembrando
os antigos calendários em que os corpos de mulheres nuas ou seminuas
eram expostos. Nele, o próprio corpo da autora também é evidenciado pelas
fotografias que, em preto e branco, revelam partes do corpo nu da poeta
apresentadas de forma chocante, sempre costuradas com linha vermelha e
objetos cortantes. Toda essa estética nas imagens, em nossa interpretação,
busca se remeter diretamente às inúmeras e constantes violências sofridas
pelas mulheres ao longo dos tempos.

No capítulo introdutório do livro, o qual é intitulado Genealogia, os poe-
mas da autora fazem alusão ao processo de colonização das terras brasileiras.
No poema correspondente ao primeiro dia do ciclo menstrual, por exemplo,
Romão (2017) afirma que “a colonização começou pelo útero / matas virgens /
virgens mortas / a colonização foi um estupro” (Dia 1. NOME COMPLETO).
Nesse sentido, a terra *brasilis*, plena de riquezas e mulheres nativas, sofreu
um grande ato de violência, haja vista sua colonização ter sido um processo
compulsório, sem o mínimo consentimento e literalmente marcado pelas mais
brutais atrocidades.

Eu já escrevia e já fazia há muito tempo poemas esparsos sobre mulhe-
res, sobre gênero e também muitos poemas sobre o Brasil, né? Meu pai
é historiador, então, eu tive uma formação materialista e marxista muito
forte na infância, na adolescência. Então, pra mim, essas duas vertentes
estavam imbricadas (Acervo dos autores, 2018).

Dando prosseguimento ao projeto do livro *Sangria*, no capítulo 2, intitulado
Descobrimientos, a autora se expressa por meio de um eu poético que se rebela
contra os efeitos da violência simbólica e da dominação masculina (BOURDIEU,

1995), as quais, para ela, já não são mais aceitáveis nos dias de hoje, embora continue a maltratar muito as mulheres. Essa revolta do eu lírico fica extremamente clara por meio da afirmação de que, entre “todas as armas (brancas ou não), o espelho é o que mais dói” (ROMÃO, 2017, Dia 10. 1ª MASTURBAÇÃO). Como podemos perceber, a autora se refere à angústia vivida por diversas mulheres que estão fora do padrão internacional de beleza e que sofrem porque supõem a possível falta de desejo masculino em relação a seu corpo.

Em outros poemas desse mesmo capítulo, Romão, como uma profunda conhecedora da história oficial e dos livros teóricos que definem o comportamento do homem brasileiro, ironiza e brinca com dados e fatos oriundos do conhecimento empírico de uma mulher contemporânea para desvendar as malícias e hipocrisias desse universo masculino. Para concretizar tal ironia, ela se utiliza da ideia de homem cordial, proposta por Sérgio Buarque de Holanda (1995) no livro *Raízes do Brasil*, que seria o retrato do brasileiro de origem rural, o qual, como um patriarca regido pelo impulso e pela violência, retinha o direito de vida e de morte sobre os outros.

Um homem cordial me levou à cama
 [...]
 me pediu
 por favor desapareça
 por favor obedeci
 sempre favores
 sempre favores

Homens cordiais assistem MMA
 às quartas-feiras
 mas não vivem sem álcool gel.
 (ROMÃO, 2017, Dia 13. 1ª TRANSA).

Nesse poema, que corresponde ao décimo terceiro dia do ciclo menstrual, Romão (2017) denuncia o comportamento daqueles que fazem da mulher, que não é sua esposa, um mero objeto de prazer ao mesmo tempo em que conservam, em casa, a imagem de homens ilibados e que saem às ruas apenas para se divertirem com o esporte preferido, voltando limpos e higienizados para o seio de seus lares.

No restante do livro, a autora faz não apenas um passeio pelas primeiras lembranças em torno dos processos de construção do ser e do gênero feminino, como também associa esses processos à história recente do Brasil, momento em que a mulher se vê conclamada a lutar para a transformação da realidade. Assim sendo, no capítulo 3, por exemplo, intitulado *Tensão Pré-Menstrual*, a autora fala das cólicas e das náuseas como sintomas típicos em algumas mulheres

nesse período, associando tais sintomas às expiações sofridas por elas, tanto ao longo da História do Brasil como da História da literatura. No capítulo seguinte, chamado Corte, os títulos dos poemas repassam algumas datas e fatos recentes da História do Brasil, que cobrem o período iniciado pelas manifestações contra o governo da presidente Dilma Roussef e vão até ao seu *impeachment*.

Foi logo no momento em que a Dilma tinha acabado de ser deposta, né? Esse golpe que, agora, tá se consolidando, mas tava no seu início. Então, eu falei: “*Vou tentar alinhar essa noção pra um ciclo menstrual, né?, que é da esfera da mulher*”. Das mulheres cis, né?, obviamente, porque tem a mulher trans, que não menstrua. Mas, enfim, esses círculos internos das mulheres cis, com a ideia de ciclo econômico, ciclo político no Brasil, nessa metáfora também que o Paulo Arantes constrói, de uma forma magnífica: a de que o Brasil é um país do futuro. Então, a gente tem esse mito de que o Brasil sempre tá gestando, mas, na verdade, a gente sempre termina ou no aborto forçado ou no sangue da menstruação. Daí eu criei (Acervo dos autores, 2018).

Nesse sentido, o quinto capítulo, que é composto por um único poema e intitulado Ovulação, ressalta a atrofia do ovário esquerdo em uma nítida referência ao contexto histórico e político atual brasileiro, em que os partidos de esquerda têm perdido espaços de poder. Para concluir o livro, Romão traz o capítulo Menstruação, com dois poemas que relacionam o encerramento do ciclo menstrual à revolução que só é possível por meio da luta e que é transcorrida, nesse ínterim, pela possibilidade de haver uma fecundação, ou seja, de haver a geração de uma nova realidade a partir do embate e da resistência vivenciados.

Com base no exposto, podemos dizer que Luiza Romão é uma das muitas mulheres do século XXI que, como previu Narcisa Amália, escreveu com o “sangue”, ou seja, com a vida e a força das entranhas de todas as mulheres que formaram esta nação. Nesse sentido, a autora, com sua escrita “uterinamente resistente”, traz à lembrança dos leitores as muitas virgens mortas nas matas brasileiras durante a colonização, bem como os milhares de outras mulheres coloniais que foram violentadas pelos homens gentis. Em acréscimo, sua escrita de resistência igualmente denuncia cada mulher que foi morta pela ditadura militar, mas colhe, de todas elas, o riso e o pranto que também compõe o seu canto e faz ecoar suas vozes, com o brado forte dessas mulheres que não desejam ser apenas mãe gentil.

Considerações finais

Através de um espírito leitor crítico e investigativo, Luiza Romão soma suas experiências de formação no decorrer de sua vida dentro e fora da escola

e da universidade e passa a observar a realidade de forma autêntica e inquisitiva. Assim sendo, Romão passeia pelo corpo feminino que conhece tão bem e pelas narrativas históricas e literárias que alargam sua compreensão de mundo, exprimindo, através de uma poesia performática, sua contribuição para a sociedade, para as mulheres e para as letras brasileiras. Segundo ela própria, o discurso histórico da dominação masculina já não faz sentido e, por isso, ela reivindica, como muitas das autoras que lhe antecederam, seu espaço nessa sociedade dominada pelo espírito masculino.

Trata-se, portanto, de uma escrita emancipadora e de resistência à dominação masculina. Como tantas outras mulheres presentes na história de nossa literatura, Romão se revela ciente do antigo estratagema de dominação simbólica para, a partir disso, emprestar sua voz a muitas outras que foram e/ou ainda são silenciadas. Dessa forma, a dominação masculina é combatida pela poeta através do intelecto e das contribuições de sua formação para com a literatura, as quais se materializam por meio do texto, da performance e da poesia presentes no slam, assim como da observação e da representação críticas da realidade.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, J. de. **Lucíola**. São Paulo: Ática, 1988.
- _____. **Senhora**. São Paulo: Ática, 1991.
- ANDRADE, O. **Obras Completas**. Poesias Reunidas. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1971. v. 7.
- ARANHA, M. L. de A. **História da Educação e da Pedagogia: Geral e Brasil**. 3 ed. São Paulo: Moderna, 2006.
- BOSI, A. **Literatura e resistência**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- BOURDIEU, P. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.
- BURKE, Peter (Org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.
- CAMPOS, N. A. de. A mulher no século XIX (crônica). In: **Democratema**. Comemorativa ao 26º aniversário da Fundação do Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: B.L. Garnier, 1882, p. 2-35.
- DURÃO, J. de S. R. **Caramuru**: poema épico do descobrimento da Bahia. Portugal/Lisboa: Régia Officina Typográfica, 1781.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- MACEDO, J. M. **A Moreninha**. São Paulo: Ática, 1982.
- MACHADO DE ASSIS, J. M. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994 (Vol. I.).
- MEIRELES, C. **Antologia Poética**. 3. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001.
- QUEIROZ, R. de. **As três Marias**. 21. ed. São Paulo: Siciliano, 1992a.
- _____. **Memorial de Maria Moura**. 5 ed. São Paulo: Siciliano, 1992b.

QUEIROZ, R. de. **O Quinze**. 82 ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 2006.

RIBEIRO, A. I. M. **Mulheres e educação no Brasil-Colônia: histórias cruzadas**. Disponível em: <http://www.histedbr.fe.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Arilda_Ines_Miranda_Ribeiro2_artigo.pdf>. Acesso em: 01.12. 2018.

ROMÃO, L. **Sangria**. São Paulo: Edições do Autor: Selo do Burro, 2017.

TELLES, N. **Encantações: escritoras e imaginação literária no Brasil – século XIX**. São Paulo: Intermeios, 2012.